

***MILITÂNCIAS-EDUCADORAS DE MULHERES DO CAMPO:
PRODUZINDO TERRITÓRIOS DE VIDA***
***MILITANCIES-EDUCATORS OF PEASANT WOMEN: PRODUCING
TERRITORIES OF LIFE***
***MILITAINES-ÉDUCATRICES DE FEMMES PAYSAN: PRODUCTEURS DE
TERRITOIRES DE VIE***

Alessandra Bernardes Faria Campos
Universidade Federal de Viçosa
ale.bernardescampos@gmail.com

Marco Antônio Torres
Universidade Federal de Ouro Preto
torresgerais@gmail.com

Bárbara Ramalho
Universidade Federal de Minas Gerais
bbramalho@gmail.com

RESUMO

Em uma sociedade patriarcal, racista e urbanocêntrica, a militância de mulheres camponesas desvela opressões particulares e aponta caminhos para sua superação. Neste artigo, a partir de uma pesquisa de doutorado concluída, refletimos sobre os caminhos utilizados por mulheres militantes do campo para incidir na produção de territórios de vida, territórios de autonomia, saúde, solidariedade, opostas aos territórios de morte impostas aos povos do campo pelo agronegócio e a mineração. Nos valendo da abordagem da pesquisa participante, acompanhamos ações militantes de cinco mulheres vinculadas às lutas quilombolas e de resistência às ameaças socioambientais na Zona da Mata de Minas Gerais, bem como realizamos com elas entrevistas semiestruturadas e um Círculo de Cultura. Como resultados, em contextos socioespaciais marcados pelo capitalismo, o machismo e o racismo, colocando seus corpos em movimento, as mulheres têm gerado processos educativos, perspectivados pelo feminismo, pelo antirracismo e pela agroecologia, enraizados nos territórios e fundamentais para a defesa desses territórios e para a autonomia das mulheres e dos povos do campo.

Palavras-chave: Territórios de vida; Pedagogias Feministas; Educação Popular; Educação Territorializada.

ABSTRACT

In a patriarchal, racist and urban-centric society, the activism of peasant women reveals particular oppressions and points out ways to overcome them. In this article, based on completed doctoral research, we reflect on the paths used by rural women activists to influence the production of territories of life, territories of autonomy, health, solidarity, as opposed to the territories of death imposed on rural people by the agribusiness and mining. Using the participatory research approach, we followed the militant actions of five women linked to quilombola struggles and resistance to socio-environmental threats in the Zona da Mata of Minas Gerais, as well as carrying out semi-structured interviews with them and a Culture Circle. As a result, in socio-spatial contexts marked by capitalism, machismo and racism, putting their bodies in motion, women have generated educational processes, viewed by feminism, anti-racism and agroecology, rooted in territories and fundamental for the defense of these territories and for the autonomy of women and rural people.

Keywords: Territories of life; Feminist Pedagogies; Popular Education; Territorialized Education.

RÉSUMÉ

Dans une société patriarcale, raciste et centrée sur les villes, le militantisme des paysannes révèle des oppressions particulières et indique les moyens de les surmonter. Dans cet article, basé sur une recherche doctorale réalisée, nous réfléchissons sur les chemins empruntés par les militantes rurales pour influencer la production de territoires de vie, de territoires d'autonomie, de santé, de solidarité, par opposition aux territoires de mort imposés aux ruraux par le l'agroalimentaire et l'exploitation minière. En utilisant l'approche de recherche participative, nous avons suivi les actions militantes de cinq femmes liées aux luttes quilombola et à la résistance aux menaces socio-environnementales dans la Zona da Mata de Minas Gerais, ainsi qu'en réalisant des entretiens semi-structurés avec elles et un Cercle Culturel. Ainsi, dans des contextes socio-spatiaux marqués par le capitalisme, le machisme et le racisme, mettant leur corps en mouvement, les femmes ont généré des processus éducatifs, considérés par le féminisme, l'antiracisme et l'agroécologie, ancrés dans les territoires et fondamentaux pour la défense de ces territoires. et pour l'autonomie des femmes et des populations rurales.

Mots-clés: Territoires vivants ; Pédagogies féministes ; Éducation populaire ; Éducation territorialisée.

Introdução e metodologia

Os territórios camponeses da Zona da Mata de Minas Gerais, assim como outros territórios do campo em nosso país, são marcados por embates entre atrizes e atores sociais com percepções, interesses e formas de uso distintas e, não raro, antagônicas. Somada à natureza da diversidade dessas presenças, é importante destacar suas desiguais capacidades de incidência na produção dos territórios (Souza, 2013) na região. Como parte dos resultados do nosso estudo de doutorado (Campos, 2023), afirmamos a ação militante de mulheres de coletivos populares do campo como produtoras de *territórios de vida* (Haesbaert, 2020), em contextos de territorialidades de morte que tentam se impor, expressos pelo agronegócio e pela mineração.

Neste texto, direcionamos nossas percepções (Oyèwùmí Oyèrónke, 2021)¹ e análises para os modos de produção desses territórios de vida que vem sendo utilizadas, ressignificadas, criadas pelas mulheres. Modos de fazer política atravessados pelo feminismo (Arruzza Cinzia; Bhattacharya Tithi; Fraser Nancy, 2019) e conectadas ao território (Walsh Catherine, 2017). Para tal, acompanhamos a ação militante de Anirac, Isabel, Lírio, Margarida e Maria², mulheres envolvidas nas lutas quilombolas, contra as ameaças ambientais e pela afirmação da agroecologia em diferentes municípios da Zona da Mata mineira.

Metodologicamente, a partir da referência da Pesquisa Participante (Bonilla *et.al.*, 1987), acompanhamos estas mulheres em diferentes ações militantes, entre o começo de 2021 e o final de 2022. Em diálogo com o campo das abordagens anticoloniais e feministas, vinculadas ou não à academia (Darder Antonia, 2019; Oyèrónke Oyèrónke, 2021; Anzaldúa Glória, s/d; Evaristo Conceição, 2021; hooks bell, 2013), produzimos nossos campos como *vivências* e não como momentos de mera observação. Compreendendo que a produção do conhecimento não se limita à dimensão do racional ou têm como fonte única a visão, nos valem de diferentes sentidos, afetos e afetações nestes encontros com as mulheres. Além disso, como pesquisa de caráter militante, nos

¹ Como parte das estratégias de visibilização das mulheres no âmbito da produção acadêmica, utilizamos essa forma de citação para identificar a presença de autoras mulheres.

² Nomes fictícios escolhidos pelas participantes do estudo.

colocamos à disposição para apoiar, dialogar, construir junto as ações militantes que acompanhamos.

Tensionando modos de produção da ciência hegemônica, como oriunda de um lugar de quem pesquisa como o olho que tudo vê, mas que ninguém consegue ver (Haraway Donna, 1995), os registros das vivências em campo foram compartilhados com as mulheres, colocando nossas percepções e análises em diálogo com elas. Junto das vivências, realizamos entrevistas semiestruturadas com as mulheres, na forma de Rio da Vida³ (Hillenkamp Isabelle, 2022), versando sobre suas trajetórias de vida e militância, e realizamos um Círculo de Cultura (Freire, 1983) tematizando sobre desafios e potências das mulheres na militância camponesa na região.

Entre as diversas aprendizagens relativas à militância das mulheres que participaram do estudo, afirmamos o protagonismo das mulheres nas lutas populares dos povos do campo na região, já evidenciados em outros estudos e perceptível na prática política das organizações. Em meio a relações sociais alicerçadas no patriarcado e no racismo, que insistem em perpetuar o silenciamento das mulheres e negar a elas cargos de liderança/ representação, elas estão presentes nos movimentos, nos sindicatos, quase sempre em maioria, realizando tarefas de diferentes naturezas que sustentam a vida das organizações. Concretamente, é sua ação política em suas organizações que tem afirmado e produzido territórios de vida (Haesbaert, 2020).

Como apontamos há pouco, neste artigo refletimos sobre as formas como as mulheres têm produzido esses territórios de vida. Para tal, junto desta introdução e das considerações finais, organizamos o texto em duas partes: na primeira, produzimos uma história contra-hegemônica da Zona da Mata, entrelaçando sua produção socioterritorial às histórias de vida e militância das mulheres que participaram do estudo, elaborando a noção de territórios de vida. Na segunda parte, em diálogo com a educação popular e as pedagogias feministas, debatemos as metodologias corporificadas e territorializadas utilizadas pelas mulheres em sua ação militante. Ao final, realizamos uma breve síntese

³ Metodologia inspirada na linha do tempo produzida por feministas estadunidenses. O Rio da Vida tem por objetivo reconstruir, coletivamente, percursos de uma dada realidade, recordando, revelando e elaborando momentos e acontecimentos marcantes.

das nossas reflexões, tematizando sobre o trabalho de cuidado, problematizamos percepções romantizadas sobre a militância de mulheres.

Zona da Mata: territórios em disputa

Em um breve recorrido pela literatura que trata da história da produção socioterritorial da Zona da Mata, pouco se menciona sobre a presença das mulheres e a presença negra é quase sempre relegada ao seu lugar como “escravos”, termo corrente na literatura, para trabalhar nas lavouras do café. Tais histórias têm sido cada vez mais tensionadas por estes sujeitos coletivos que se organizam e reivindicam outras percepções e reconhecimento na produção das territorialidades da região.

Essa postura coletiva se concretizou como ponto de inflexão da investigação que realizamos junto das militantes. Como denunciaram as quilombolas da Rede SAPOQUI – Rede de Saberes dos Povos Quilombolas, os olhares “bem intencionados” da academia, interessados em contar as histórias das comunidades quilombolas, sempre se pautam pela escuta dos homens, por mais protagonistas que sejam as mulheres na produção e manutenção, em movimento, dos modos de vida dessas comunidades. Somada à literatura relativa aos processos históricos de silenciamento reservados a grupos sociais subalternizados, pessoas negras, mulheres (Spivak Gayatri, 2010; Grada Kilomba, 2019), a escuta das mulheres da SAPOQUI ajuda a ampliar e apurar nossas percepções sobre o papel central e invisibilizado das mulheres na luta política e nos conduziram à decisão político-epistemológica de direcionar nossas metodologias e esforços analíticos somente para as mulheres militantes.

Esta opção alterou a forma de perceber e contar a história da Zona da Mata. Fissurando as ausências interseccionais denunciadas pelos diferentes movimentos e organizações populares da região, expressas pelas mulheres que participaram deste estudo, buscamos conectar as histórias da Zona da Mata às histórias de vida e militância dessas sujeitas. Nessa construção, estabelecemos diálogo com Donna Haraway (1995) em suas reflexões sobre *objetividade corporificada*. A objetividade corporificada se caracteriza como a atitude de corporificar corpos não marcados, des-corporificados, não corporificados, problematizando a produção do conhecimento científico a partir de olhares que exercem o “truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum” (Haraway Donna, 1995. p.19).

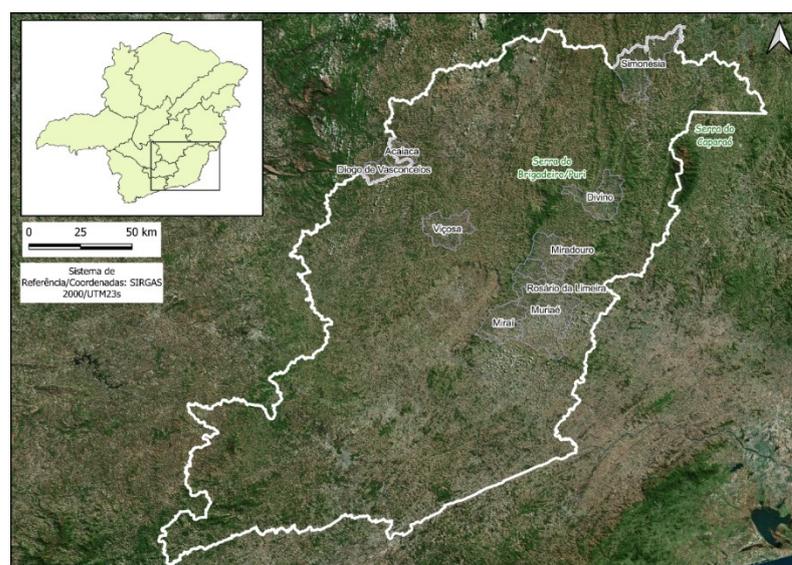
Implica numa postura de assumir nossos lugares sociais (de poder) e, por conseguinte, nossas responsabilidades na produção do conhecimento, feito histórica e hegemonicamente numa perspectiva de objetificação e de controle. Ao mesmo tempo, implica numa abertura para a visibilização de *saberes localizados* (Haraway Donna, 1995) das mulheres, todas elas com idades inferiores a 50 anos, bem como saberes de outras atrizes e atores do campo popular da região, em diálogo crítico com o conhecimento oficial sobre a Zona da Mata.

Segundo a última regionalização do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Zona da Mata mineira não existe mais (IBGE, 2017). No novo quadro regional brasileiro, produzido com referência em informações da rede urbana do país, um conjunto importante de municípios que compunham a região, passa a ser delimitado e definido como “Zona Intermediária de Juiz de Fora”, nomenclatura que não adotamos. Matemos a nomeação Zona da Mata mineira, ora somente Zona da Mata, tanto pela memória que ela guarda, quanto pelo sentido político e identitário produzidos em torno dela, sobretudo por quem habita a região.

A Zona da Mata mineira se localiza na porção sudeste de Minas Gerais, limítrofe aos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. O nome da região faz referência à sua vegetação original, a Mata Atlântica, ainda presente em pequenas, mas relevantes porções. Sua preservação está associada tanto à presença de Unidades de Conservação (como o PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, ou Serra dos Puri, e o Parque Nacional do Caparaó), quanto às práticas de manejo realizadas por indígenas, famílias camponesas e comunidades quilombolas.

Figura 1- Zona da Mata mineira: localização e municípios de realização da pesquisa
(2023)

MILITÂNCIAS-EDUCADORAS DE MULHERES DO CAMPO: PRODUZINDO TERRITÓRIOS DE VIDA



Fonte: IBGE. (Campos, 2023)

Em termos geomorfológicos e hidrográficos, a região é marcada pela presença de morros e de uma enorme riqueza hídrica. Com rios intermitentes, cachoeiras e muitas nascentes, a presença da água é celebrada pelas comunidades pelo seu papel concreto de re-produção da vida e pela sua dimensão espiritual, como algo sagrado, em estreita relação com setores progressistas da Igreja Católica, instituição importante na formação política de Margarida e Maria, mulheres nascidas e criadas no campo, dedicadas à afirmação da região como Polo Agroecológico⁴ e Território Livre de Mineração. Muitas dessas fontes hídricas estão afetadas e ameaçadas por práticas agrícolas nocivas, vinculadas à secular monocultura do café, ao manejo inadequado e ao uso de agrotóxicos e, sobretudo nas últimas décadas, o avanço da mineração da bauxita, ou “pedra angu”, como nomeada pelas pessoas mais velhas na região (Castro Gisele *et.al.*, 2020), minério poroso ao qual vem se atribuindo relevância na recarga hídrica na região.

Até meados do século XIX, os Cataguá e os Puri habitavam quase que exclusivamente a região (Barbosa, 2005), tempo em que permaneceram protegidos pela mata densa, e por uma decisão política dos governos em não desbravar e ocupar a região,

⁴ O Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Brasil, instituído pela Lei Estadual nº23207 de 2018, é o primeiro Polo dessa natureza no Brasil. Maria e Margarida foram atrizes centrais nesse processo, que integra uma longa história de organização popular camponesa de base agroecológica na região.

mantendo o Caminho Novo⁵ como única rota do ouro até o Rio de Janeiro (Campos Ana Paula, 2006). A ocupação colonial da região está relacionada à oferta de alimentos para áreas extrativas de ouro, mas também pela formação de quilombos, mais de uma centena, como afirmam militantes da Rede SAPOQUI, entre eles, Anirac, que atua de modo incisivo no apoio ao autorreconhecimento, certificação e titulação quilombola na região.

Sobre os modos coloniais de ocupação, nas primeiras décadas do século XIX, a disputa pela terra e outros bens naturais é feita de forma violenta e desigual com as populações indígenas, sendo estes sistematicamente massacrados, escravizados e aldeados na região, a exemplo dos Puri. Parte do projeto colonizador, podemos localizar essas práticas coloniais e *colonialistas* (Bispo, 2014), como resultado e afirmação da *classificação social*, operada a partir da categoria *raça* (Quijano, 2005). Seus desdobramentos são a hierarquização, inferiorização e tentativa sistemática de aniquilação dos corpos, identidades de saberes de coletivos racializados e generificados, em nossa diversidade.

Além de arrefecidas pela história oficial, essas histórias de violências estão expressas e positivadas em *outdoors*, como aqueles nos acessos ao município de Rio Pomba – “*A colonização da Zona da Mata começou aqui*” – e monumentos, como a estátua de Guido Thomas Marlière, em Visconde do Rio Branco, francês designado pelo governo português para “colocar em prática o projeto de anexar novas terras e povos ao império”, dedicando-se “à pacificação/civilização dos índios e à administração de conflitos entre *intra* índios (*sic*) e fazendeiros” (Alves Romilda, 2014. P.23). Na prática, tentativa de extermínio e aculturação dos povos indígenas que, a despeito delas, seguem vivos, organizando-se e visibilizando suas existências e presenças como sujeitas/os de histórias, conhecimentos e direitos⁶.

⁵ O Caminho Novo passava pela porção sudoeste da Zona da Mata mineira e do Vale do Paraíba, até chegar ao Rio de Janeiro e foi construído entre 1703 e 1705; é atualmente a rodovia que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro (CAMPOS, 2006; CINTRÃO, 1996).

⁶ Na região, há pelo menos duas organizações: Puri, o Movimento de Retomada e o Movimento de Ressurgência Puri, bem como um conjunto importante de Puris que não está organizada, mas em processo de afirmação dessa identidade. Sobre estes processos organizativos, importante mencionar a reivindicação da alteração do nome do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro para Parque Estadual da Serra dos Puri, oficializada em 2023, demanda cujo trâmite se encontra em curso na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=1133&ano=2023>).

A intensificação da ocupação colonial da região está associada a visita do governador da Capitania de Minas à região, distribuindo sesmarias e datas para a mineração (Campos Ana Paula, 2006). Como parte da história das terras conquistadas, expressão das nossas colonialidades, novas territorialidades e paisagens se configuram a partir dos interesses e práticas orientadas pelo desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, sustentadas pela exploração da natureza e do trabalho produtivo (por um período realizado por mulheres e homens negros escravizados), e reprodutivo (mormente realizado pelas mulheres).

Em articulação com interesses das elites nacionais, referenciados numa racionalidade da capitalista, patriarcal e racista, na Zona da Mata mineira, além do extermínio indígena a pouco mencionado, por meio do trabalho de pessoas negras e indígenas escravizadas, as matas foram devastadas para o estabelecimento da monocultura do café, história que deixa marcas na região: agricultura predominante de café, hegemonicamente feita com uso de técnicas e insumos industrializados, alguns deles altamente nocivos à saúde humana e à outras formas de vida; propriedades com extensão reduzida; alguma produção diversificada para consumo familiar e venda do excedente; forte presença do trabalho e meia, a terça, relações de trabalho de famílias que não têm a propriedade da terra ou que tem pouca terra a ponto de não conseguirem se manter com a porção que possuem.

Num contexto de forte apelo ao monocultivo do café e do avanço do agronegócio, expresso no tipo de sementes e insumos, bem como nas técnicas de cultivo, famílias agricultoras de pequeno e médio porte, ainda que estabelecendo relações com o mercado internacional a partir da venda do produto, apresentavam/ apresentam uma produção diversificada de alimentos para garantir sua reprodução social (Silva, 2020). Como pudemos refletir junto de Lírio e Isabel, este intenso trabalho realizado, que envolve tempo, energia, conhecimentos, não raro invisibilizado e inferiorizado diante dos valores econômicos e simbólicos atribuídos ao café, é realizado, em grande e importante medida, pelas mulheres. Reforçando e integrando o trabalho militante e educador dessas mulheres, estão as Cadernetas Agroecológicas - metodologia desenvolvida na região, cada vez mais utilizada em processos mobilizatórios e de geração de renda pelas mulheres em todo o

país (Rody Thalita; Telles, Liliam, 2021) - e os saberes em produção coletiva na pesquisação GENgiBRe⁷.

Somado à presença do agronegócio, a mineração, sobretudo da bauxita, é cada vez mais uma grande ameaça aos territórios do campo da Zona da Mata. Na região, considerada uma *fronteira mineral* (Coelho; Iorio, 2021), área de expansão da mineração para além daquelas já tradicionalmente mineradas, está a segunda maior reserva de bauxita do Brasil, mineral de interesse da CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, Curimbaba S.A. e Norsk Hydro. Num contexto de aprofundamento da atividade mineral na América Latina e, de forma especial no Brasil, na região se expressa a incorporação de novos territórios pelas mineradoras, sentidos dia a dia pelas famílias agricultoras e pelas mulheres, de formas particulares, como denunciam Maria, Margarida, Lírio e Isabel. Como reprimarização da economia, e sua consequente superexploração da natureza e do trabalho, a mineração avança largamente sobre diversos territórios no país, entre os quais, a Zona da Mata. Produz e intensifica a pauperização dos lugares, incorporando-os e subordinando-os à dinâmica do capital global, buscando reduzir os custos produtivos das mercadorias a serem consumidas no centro do sistema-mundo (Coelho; Iorio, 2021). Tendo quase sempre os homens como porta de entrada nas comunidades, como denunciam às agricultoras, nos territórios ameaçados/ minerados resta às mulheres o medo da violação dos seus corpos, de suas filhas e outras mulheres das comunidades vinculada à circulação de homens desconhecidos. Resta o acirramento da sobrecarga do trabalho de cuidados com a casa, com a família, por conta da poeira oriunda dos processos minerários e impactos sobre a soberania e segurança alimentar. Resta a tristeza e o ônus pela alteração do ambiente, dos modos de vida, da produção e da sociabilidade.

Ao longo da pesquisa, em visitas realizadas em áreas mineradas pela CBA em uma comunidade rural no município de Miraf-MG, observamos uma paisagem completamente devastada. Com tratores em pleno trabalho, cavas eram feitas acima das

⁷O GENgiBRe é uma pesquisação que vem sendo realizada junto de agricultoras na Zona da Mata mineira e no Vale do Ribeira e tem como objetivo “compreender a relação que as agricultoras agroecológicas têm com a ‘natureza’ e o papel que esta relação pode desempenhar em seu engajamento em defesa da sua visão de território e contra as discriminações”. Lírio e Isabel, integram o grupo, bem como uma das autoras deste artigo. Mais informações podem ser acessadas em <https://gengibre.org/projeto/>. Além dos materiais produzidos pelo grupo disponíveis neste site, o GENgiBRe prepara um livro a ser lançado em breve pela Editora Elefante.

casas, áreas mineradas teoricamente recuperadas pela CBA como grandes degraus nos morros da comunidade, vegetação plantada para recuperação que não crescia. Nas estradas, movimento constante de caminhões carregados de minério que seguiam para barragem localizada na comunidade (onde o minério é lavado e depositados os rejeitos), e caminhões pipa, molhando as estradas para mitigar a poeira, exigência para as empresas mineradoras. Nessas duas ocasiões, a despeito da tentativa dos coletivos populares, ninguém da comunidade veio conversar conosco ou mesmo nos cumprimentavam. Como expressão das territorialidades de morte impostas pela atividade mineral, na comunidade as estradas são repletas de placas indicando perigo, restrições de acesso e usos do território. Indicam rotas de fuga e pontos de encontro em caso de rompimento da barragem de rejeitos nessa comunidade, como aconteceu em 2007, relatado por Margarida.

É neste contexto de produção de *territórios e territorializações* (Souza, 2013) em múltiplas escalas, com hegemonia capitalista, patriarcal e racista do agronegócio e da mineração sobre outras formas de relação e uso do espaço, que as mulheres desempenham papel central na manutenção-renovação da vida, em resposta aos projetos seculares que insistem em produzir territórios de expropriação, de destruição, de controle, de violência, de morte. Por meio de sua ação militante, educando diversos atores sociais com vistas e incidindo concretamente na produção de *territórios de vida*, como aponta Rogério Haesbaert (2020).

Interpretada a partir da colonização e seus desdobramentos, o autor debate sobre a categoria território, afirmando sobre uma definição tradicional para o termo, como ordenamento espacial imposto brutalmente pelo poder soberano estatal da matriz eurocêntrica. Como reflete Haesbaert, esta concepção incide em termos normativos, mas também analíticos sobre o território e está longe de expressar um pensamento latino-americano sobre território. Construindo uma perspectiva latino-americana para o termo, aponta para a necessidade de “explicitar os complexos processos de territorialização desdobrados por múltiplos sujeitos e espaços-tempos subalternos” (Haesbaert, 2020. P.143).

(...) através de configurações distintas de poder, onde a dimensão simbólica do poder tem sempre grande relevância, constroem seus territórios a partir de outra abordagem epistêmica e de outras práticas socioculturais, em maior ou menor grau subversoras daquelas de matriz europeia propagadas pelos grupos/ classes hegemônicas. Esses grupos de longa data transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas num outro sentido, o do território como *território de vida*, condição da própria existência do grupo. (Haesbaert, 2020. P. 143) (destaque nosso)

Segue o autor afirmando que, é a partir dessas epistemologias e práticas culturais, resistências e lutas, que é possível produzir uma ou diversas concepções territoriais específicas do espaço latino-americano. Nos encontros com as mulheres que participaram da investigação fica bastante explícita a produção de concepções particulares de território, uma concepção popular e informada pelas mulheres militantes e/em sua diversidade e pluralidade de bandeiras de luta. Territórios que afirmam e positivam a existência negra e quilombola, como na militância de Anirac; territórios livres de mineração, como na militância de Maria e Margarida; territórios da agroecologia, como na afirmação do Polo Agroecológico e da Zona da Mata como Território Livre de Mineração, como produzem todas elas, de modo mais incisivo, Lírio, Isabel, Margarida e Maria; territórios de escuta, visibilidade e reconhecimento do trabalho e da militância das mulheres; territórios livres da opressão e da violência patriarcal e racista produzidas e reproduzidas no seio de uma sociedade de classes.

Figura 2- Território de vida: Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e



Território Livre de Mineração

Divino-MG. Outubro de 2023. Fonte: Acervo da Autora 1.

Mulheres produzindo territórios de vida

“...são as mulheres que estão ali, centímetro a centímetro, fazendo a luta pelo território”.

(Lírio, Círculo de Cultura, julho de 2022)

Como temos debatido, a produção socioterritorial da Zona da Mata mineira, resulta da ação de diversas atrizes/atores sociais, com maior ou menor intensidade e visibilidade, entre elas, as mulheres. Sempre de forma coletiva, em grupos somente de mulheres, ou grupos mistos, e envolvidas com uma diversidade de pautas, as mulheres se valem de formas particulares por meio das quais produzem e afirmam seus territórios de vida. Neste tópico nos debruçamos sobre estas formas concretas por meio das quais essas sujeitas realizam sua ação política, eminentemente educadora, transformando formas de *estar sendo* no mundo (Freire, 2016), de pessoas, inclusive de si próprias, de suas comunidades, organizações e do poder público. Formas *corporificadas* (Haraway Donna, 1995) e *territorializadas* (Xakriabá Célia, 2020) direcionadas à produção destes territórios de vida.

Um primeiro elemento sobre a prática *militante-educadora* das mulheres (Campos, 2023)⁸ que contribuíram com nosso estudo, é que seu fazer político-pedagógico, se alicerça numa ética como esforço de humanização, igualdade social e convivência respeitosa de todos os seres, como reflete Paulo Freire (2015). Nos termos desse autor, uma ética que não se pauta por uma lógica de *adaptação* imposta pela ética do mercado, mas de *inserção* no mundo em que vivemos. Ou seja, partir das condições concretas que temos, orientadas/os por uma ética da libertação e da solidariedade e firmando compromissos entre mulheres e homens, construir o mundo que queremos, uma sociedade justa e igualitária (Freire, 2015; 2016). Ética como postura amorosa diante da outra, do outro, do mundo, algo que vivenciamos fortemente com as militantes participaram da investigação.

Trata-se de uma ética militante-educadora do “fazer junto”, “estar com”, da confiança, da solidariedade, dos afetos. Ética que informa a ação militante-educadora das mulheres que acompanhamos, que se desdobra sobre a postura dos seus corpos no espaço (em posição de horizontalidade com as outras pessoas, quase sempre em roda), nas relações humanizadas com as demais pessoas (uso de linguagem acessível, partilhas de histórias pessoais, sentimentos e impressões sobre acontecimentos pessoais e comuns, acompanhar o cotidiano das mulheres agricultoras, colaborar com o trabalho de cuidados, lavando louça, organizando os espaços, apoiando na preparação das refeições), na escolha e produção das metodologias para os encontros com os grupos junto dos quais militam.

Figura 3- “Estar junto”, “fazer com”: sentadas no chão com as agricultoras, Lírio e Isabel escutam problematizações e sugestões sobre um dos mapas da pesquisa GENGiBR

⁸ Como formulamos em nosso estudo, a categoria *militante-educadora* se produz a partir de um entendimento que a ação militante das mulheres gera processos educativos, qual seja, mudanças nas formas de *estar sendo* (Freire, 2016), de (se) perceber e atuar no mundo, a partir de uma categoria ampla e localizada de educação, em nosso caso, no campo da Educação Popular (Freire, 1987) e das Pedagogias Feministas (Korol Claudia, 2007).



Simonésia-MG. Fevereiro de 2022. Fonte: Acervo da Autora 1.

Catherine Walsh (2017), em suas elaborações sobre as pedagogias decoloniais, a partir dos escritos de Paulo Freire (2016), produz a categoria *resistência-existência*, relativa às lutas pela vida como lutas de vida. No movimento de produção de sua resistência-existência, os coletivos subalternizados constituem suas pedagogias, dentro de limites e contradições, desestabilizando as formas como a sociedade hegemonicamente está organizada, passo fundamental para a perpetuação da sua existência concreta, da possibilidade de viver, de afirmar identidades feitas inferiores, incivilizadas, incapazes. Nessa mesma direção, Paulo Freire (2016) assevera: a nossa resistência face às injustiças, uma atitude rebelde face às ofensas que nos destroem o ser é o que nos afirma, que nos preserva vivas e vivos. Pedagogias, produtoras de territórios de vida, como temos afirmado, estão encarnadas na organização e na luta populares; “metodologia imprescindível dentro e para as lutas sociais, políticas, ontológicas e epistêmicas de libertação” (Walsh Catherine, 2017. P.29).

Na direção das construções no campo das pedagogias feministas, Claudia Korol (2007) afirma sobre o lugar dessa pedagogia no questionamento coletivo do papel da cultura na formação de uma matriz geradora de comportamentos, hábitos, linguagens, valores e relações sociais opressoras. Como reflete essa educadora, trata-se de mulheres, como feministas e educadoras populares, construindo uma pedagogia feminista,

integrando problemáticas de gêneros, classe, etnia, geração e orientação sexual⁹. Uma ação política e educadora engajada na luta contra todas as opressões (Korol Claudia, 2007).

Reconhecendo as condições concretas do nosso tempo histórico e enraizadas nos territórios onde vivem e militam, as mulheres constroem estratégias para seguir adiante e produzir seus territórios de vida. Anunciam espaços autogestionários de mulheres, disputam a representação nas organizações, participam da construção das pautas das reuniões e assumindo sua coordenação. Fazem alianças, trazendo mais mulheres para a luta, cuidando e apoiando as companheiras, produzindo críticas aos companheiros de luta, o que não significa a deslegitimação do seu lugar ou uma postura sectária, antidialógica, nos termos de Paulo Freire (1987).

Sobre este ponto, em diversos momentos, a posição das mulheres não é de enfrentamento aos companheiros, em si, senão a de problematizar uma cultura machista, sexista, silenciadora, invisibilizadora das mulheres que tenta se impor. Maria sintetiza, em nosso Círculo de Cultura: “*a gente não quer ser mais que os homens, mas a gente quer reconhecimento*”, “*a gente quer ser ouvida*”. Esta posição, também está presente na literatura. Como explicitam Julieta Paredes e Adriana Gúsman (2014), os homens não são inimigos das mulheres, ainda que ocupem lugares de poder e privilégio que devem ser problematizados e superados. Estes reconhecimento e posicionamento são fundamentais na construção e consolidação dos territórios de vida pelas mulheres, algo que passa pela produção de relações sociais emancipatórias. Como explica Cláudia Korol (2007), os modos de educar perspectivados pelo feminismo, ou as pedagogias feministas, operam no sentido de vincular, analisar e problematizar a trajetória histórica do patriarcado e do capitalismo, e o jogo de retroalimentação de ambos os sistemas de dominação: a conjugação do patriarcado com o capitalismo, o eurocentrismo e o racismo.

No tocante às metodologias mobilizadas pelas mulheres na produção dos territórios de vida na Zona da Mata mineira, em nosso estudo apostamos na ideia de *práxis*. Como apontamos a partir dos debates anteriores, a ação militante-educadora das

⁹ Sobre este ponto, é importante ressaltar que o debate sobre orientação sexual representa ainda um tabu importante para os coletivos do campo, mas que têm sido cada vez mais presente a partir da presença das juventudes camponesas na região, como observamos em recente processo de formação com jovens mulheres, o Programa de Formação Feminismo e Agroecologia – PFFA.

mulheres não se faz de maneira isolada dos territórios e suas questões concretas, tampouco apartada de princípios orientadores, como supostamente neutras. Não se restringe a uma dimensão técnica, como reprodução de instrumentos e procedimentos que “deram certo”, por vezes em contextos socioterritoriais e históricos bastante distintos daquelas nas quais se encontram, e que não se pautam por direções políticas emancipatórias, construídas coletivamente.

As metodologias utilizadas pelas mulheres, não raro produzidas por elas, como na construção de Paulo Freire (1987) sobre práxis, se fazem como reflexão e a inserção crítica das pessoas, em nosso caso, das mulheres, sobre o mundo e no mundo, para transformá-lo. Como assevera Freire, “sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (1987, p.38). Como constatamos em nosso estudo, sem esta *práxis* emancipatória é impossível superar o machismo, o patriarcado, o racismo, o eurocentrismo, o agronegócio.

De forma geral, na *práxis* militante-educadora das mulheres que acompanhamos, o corpo aparece como elemento de grande centralidade e de forma multifacetada nas trajetórias de militância e nos processos educativos engendrados por elas a partir da militância. Em determinadas situações o corpo aparece como território, território violentado e sob constante vigilância e exercício do controle (Gomes Nilma, 2019). Mas também como corpos que resistem em diferentes momentos e escalas. O corpo na(s) casa(s), nos quintais, nas reuniões, nas marchas, nas caravanas e caminhadas, na universidade, no trabalho nas comunidades. Corpos subalternizados que buscam força para “poder falar”, como nos provoca Gayatri Spivak (2010) e que falam, se fazem presentes, como afirma Grada Kilomba (2019). Presenças de mulheres que disputam narrativas, disputam formas de fazer política, disputam formas de educar, formas de perceber e estar sendo.

Figura 4- Caminhada das Águas: corpos em movimento na defesa do território



Distrito de Belisário, Muriaé-MG. Março de 2022. Fonte: Acervo da Autora 1.

O corpo na ação militante-educadora das mulheres se faz presente de distintas maneiras. Um primeiro atravessamento é a forma como as vivências do corpo das mulheres, mulheres negras, mulheres do campo, conduzem à militância. Em seu Rio da Vida, Anirac, jovem negra e quilombola, relata como as experiências de dor, vergonha e sofrimento na infância e adolescência, vinculadas ao corpo sensualizado e aos cabelos e pés “sujos”, como uma menina negra e do campo na escola, são colocados como produtores da sua *ira justa* (FREIRE, 2016). Em sua trajetória, no encontro com outros sujeitos e grupos, como nos conta sobre sua entrada na universidade, uma licenciatura em Educação do Campo, tal indignação é alimento na produção de uma posição radical, crítica e anunciadora, nos termos de Paulo Freire (2016). Em sua trajetória, segue atrelando seu engajamento na luta quilombola como necessária resposta para manutenção da vida de corpos negros ameaçados, ao direito de existir e de afirmar a existência humana e digna quilombola.

Na ação militante-educadora das mulheres que participaram deste estudo, a presença do corpo, fisicamente em contato com os outros corpos, cria espaços de acolhimento, de cuidado, de afetos, convertidos na construção de espaços de cumplicidade, de abertura para a partilha de situações íntimas e sensíveis e de construção coletiva de possibilidades de superação de violências vividas (Korol Cláudia, 2007). Nestes espaços há uma forte direção da construção de rupturas com o silêncio imposto historicamente aos grupos subalternizados, racializados como pessoas negras, indígenas e generificados como mulheres (Kilomba Grada, 2019; Spivak Gayatri, 2010). Este

reconhecimento é expresso por Margarida, por exemplo, quando relata sobre “aprender a falar” a partir do momento em que passa a compor o quadro do Sindicato.

A marca do silêncio que predomina na vida das mulheres do campo é também consciente para Lírio e Isabel, que mobilizam esse conhecimento para sua ação militante-educadora. Aqui, a superação desse silenciamento é produzido pelo uso de metodologias feministas, construídas no GENgiBRe (estas, a partir de um longo processo de trabalho com comunidades do campo, com mulheres) e uma escuta atenta. Também estas militantes, apoiando na produção dessas vozes silenciadas, se valem de *perguntas*, num sentido de produção de reflexões críticas sobre a realidade (Freire; Faundez, 1985), caminho importante na desnaturalização de invisibilidades, opressões e de reconhecimento dos saberes e formas de produção dos saberes das agricultoras.

Por fim, um aspecto que marca a ação militante-educadora das mulheres é a presença dos seus corpos em movimento pelo espaço. Como nos escritos de Oyèrónke Oyěwùmí (2021) e Antonia Darder (2019), a *práxis* das militantes que participaram de estudo, problematizam a oposição binária corpo e mente, produzindo relações e conhecimentos sobre o território, que alimentam uma prática socioterritorial diante dele. Os modos de interação que as mulheres produzem diante dos grupos com os quais interagem subvertem formas canônicas de “transmissão” do conhecimento, como verticalizadas, unidirecionais e necessariamente com corpos estanques e disciplinados, como nos debates sobre educação bancária (Freire, 1987).

Figura 5- Etnomapeamento Socioambiental Feminista na pesquisa GENgiBRe



Divino-MG. Maio de 2022. Fonte: Acervo colaborativo GENgiBRe.

Seja através da teatralização da história das lutas quilombolas, como feito por Anirac em um *Círculo de Cultura* com mulheres quilombolas, seja através do *Mapa Corpo-Território*¹⁰, realizado pelas pesquisadoras militantes do GENgiBRe, Lírio e Isabel, o conhecimento é mobilizado a partir do corpo em sua integralidade. Caminhar pelo espaço, desenhar, colorir, escrever, como no *Etnomapeamento Feminista*; meditar para ativar memórias coletivas, ancestrais sobre o território, como no *Rio da Vida do Território*; cantar, dançar, partilhar o alimento, sementes e mudas, como nas reuniões e encontros mobilizados por Margarida e Maria; realizar *Caravanas* e *Caminhadas* são mediações utilizadas pelas mulheres na produção dos territórios de vida na Zona da Mata mineira.

Considerações finais

“Muitos me perguntam como entrei na luta. Eu nasci aqui!”

(Maria, maio de 2024, I Encontro Regional de Mulheres e Agroecologia por Territórios Livres de Mineração)

“É melhor morrer na luta, que morrer de fome.”
(Margarida Alves, líder sindicalista paraibana assassinada em 1983)

Neste texto, em diálogo entre a ação *militante-educadora* (Campos, 2023) de mulheres de vinculadas a diferentes frentes de luta camponesa na Zona da Mata mineira e debates sobre a categoria *território*, numa perspectiva latino-americana (Haesbaert, 2020), refletimos sobre os caminhos que as mulheres têm produzido para a construção/afirmação do que denominamos territórios de vida. Seguindo com Donna Haraway (1995) em seus debates sobre *saberes localizados* e *objetividade corporificada*, trazendo

¹⁰ As metodologias *Mapa Corpo-Território*, *Etnomapeamento Feminista*, *Rio da Vida do Território* estão descritas no Guia Metodológico do GENgiBRe e estão disponíveis em: <https://gengibre.org/publicamos-nosso-guia-metodologico/>.

elementos das histórias das mulheres, buscamos elaborar uma história contra-hegemônica da produção socioterritorial da Zona da Mata, visibilizando histórias apagadas e histórias de opressão naturalizadas.

Formulando a noção de territórios de vida, refletimos sobre os modos de produção desses territórios pelas mulheres, debatendo seus princípios, ou a ética que orienta essa produção, e a forma como as metodologias produzidas pelas mulheres se caracterizam e operam. Em estreito diálogo com o campo das pedagogias feministas (Korol Claudia, 2007) e da educação popular (Freire, 1987), são modos de educar corporificados e territorializados, que se valem do corpo, em sua integralidade (hooks bell, 2013, Oyèwùmí Oyèrónkè, 2021), visando a superação das opressões patriarcais, racistas, capitalistas.

Como afirmamos, na luta popular na região da Zona da Mata mineira é notória a participação e o protagonismo das mulheres. Nos caminhos que temos seguindo junto de uma diversidade de organizações de diferentes grupos que vivem e se reproduzem no campo, as mulheres estão presentes em todos os movimentos, quase sempre em maior número que os homens. Embora na organização e no cotidiano desses coletivos os lugares de poder sejam majoritariamente ocupados por homens e o tempo e quantidade de falas nos grupos mistos sejam dominados por eles, as mulheres ocupam lugar central. Como destacado por Lírio, as mulheres são estratégicas na luta, fazendo, centímetro a centímetro, a luta pelo território.

Sobre este ponto é importante ressaltar que este envolvimento das mulheres na luta pelo território e engajadas na produção de territórios de vida, como temos anunciado, a forte presença da dimensão do cuidado – cuidado com a água, com a terra, com os animais e as plantas, com a saúde da família – se faz, não como algo intrínseco à natureza feminino, como constitutivo natural da mulher. O cuidado, como apropriado por alguns atores sociais progressistas importantes na região, não compõem a “essência da mulher”, senão que é algo aprendido ao longo da vida. Trabalho invisibilizado, não remunerado e intenso, que se desdobra nos corpos das militantes. Todas as mulheres que participaram da pesquisa apresentam algum quadro de adoecimento, por vezes bastante severos, recorrendo a tratamentos diversos e uso de medicação. Se as mulheres se engajam na luta, com frequência, sendo maioria nas organizações e coletivos populares, é porque são

submetidas e expostas a situações de medo, de preocupação, de sobretrabalho, de violência, que as conduzem à militância. Como expressa Larissa Bombardi (2023), em seu debate sobre *colonialismo químico*,

As mulheres, especialmente, carregam o drama do silêncio e do choro dos parentes, dos filhos – dos filhos que não nascem e dos filhos que nascem com malformações, dos filhos que adoecem. Às mulheres, invariavelmente, é dada a silenciosa, dolorida e invisibilizada tarefa de cuidar deles. As mulheres têm carregado, portanto, não apenas no corpo, como também em seu universo emocional e psíquico a carga de uma sociedade cuja organização econômica retirou o valor de uso do alimento, tornando-o mais uma mercadoria à venda no comércio internacional, da mesma forma que minérios, petróleo ou qualquer outra *commodity*. (Bombardi Larissa, 2023. P.14)

Embora as mulheres tenham papel protagonista e importante na luta política, como segue debatendo esta autora, na produção dos territórios de vida, como afirmamos aqui, reconhecer e visibilizar este lugar difere de romantizá-lo. As mulheres que participaram do estudo, além da denúncia das violências e dificuldades que as mulheres vivenciam no dia a dia da militância, inclusive engendradas pelos próprios companheiros de luta, de forma quase uníssona afirmam sua percepção sobre a divisão injusta do trabalho, já bastante denunciado relativo à escala doméstica, mas que precisa ser melhor elaborado e denunciados relativo ao fazer cotidiano das organizações. Na produção de territórios de vida, fortalecer a presença das mulheres é fortalecer, mais amplamente, a luta popular.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Romilda. Oliveira. A Conquista e a expansão da fronteira: Zona da Mata mineira (1808-1850). In: SOUSA, J. P. de; ANDRADE, R. G. (Org.). **Zona da Mata Mineira: fronteira, escravidão e riqueza**. 1ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014, v. 1, p. 13-50.
- ANZAULDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. Madri: Capitán Swing Libros, s/d.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARBOSA, Willer Araújo. **Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais**: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

BISPO dos Santos, Antônio. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília, 2015.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2023.

BONILLA, Victor; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA; LIBREROS, Orlando e Augusto (*et. al.*). Causa Popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. *In.*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CAMPOS, Alessandra Bernardes Faria. Sementes de esperança: militâncias-educadoras de mulheres do campo e a produção de territorialidades de vida e resistências na Zona da Mata mineira. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **A conquista de terras em conjunto**: redes sociais e confiança – a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga (MG). 102 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa., 2006.

CASTRO, Gisele. F.; IORIO, G.; SIVA, J. C. M.; MAGNO, L.; SIQUEIRA, L. P. G.. Luta e resistência em busca de um território livre de mineração: relato sobre o enfrentamento à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro (MG). *In.*: SIVA, M. da S. A.; CARNEIRO, K. G. C.; SOUZA, T R de S; TROCATE, C. T; ZONTA, M. Z. (Org.). **Mineração**: realidades e resistências. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 321-350.

DARDER, Antonia. Decolonizing interpretative research. *In.*: DARDER, Antonia. **Decolonizing interpretative research**: a subaltern methodology for social change. Abington, South Africa: Routledge, 2019. pp. 3-36.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: a escrevivência das mulheres negras reconstrói a história brasileira. **Portal Geledés**, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-das-mulheres-negras-reconstrói-a-historia-brasileira/>. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2016.
- FREIRE, Paulo e FAUNDEZ, Antonio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GOMES, Nilma Lino. A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. **Revista Perseu: história, memória e política**. n.17, ano 12, pp. 123-142, 2019.
- HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, nº 1, p. 141-151, jan. 2020. Disponível em: <https://www.univale.br/wp-content/uploads/2020/11/Territorios-numa-perspectiva-latino-americana.pdf> . Acesso em: 28 de ago. de 2022.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HILLENKAMP, Isabelle (org.). Guia metodológico – Projeto GENgiBRe. Disponível em: <https://gengibre.org/publicamos-nosso-guia-metodologico/> . Acesso em: 20 jul. 2022.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes. 2013.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- KOROL, Claudia. La educación como práctica de la libertad. Nuevas lecturas posibles.
- KOROL, Claudia. **Hacia una pedagogía feminista**. El Colectivo, América Libre, 2007.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónke. **A invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**, 2021.
- PAREDES, Julieta, GUZMÁN, Adriana. **¿Qué es el feminismo comunitario?** Bolívia: Comunidade Mujeres Creando Comunidad, 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Clacso: Buenos Aires, 2005.

RODY, Thalita; TELLES, Liliam (org.). **Caderneta agroecologia: o saber e o fazer das mulheres do campo, das florestas e das águas**. Viçosa: Editora Asa Pequena, 2021.

SILVA, Marcio Gomes da. **Pedagogia do Movimento Agroecológico: Fundamentos teóricometodológicos**. 2020. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. **Gritos, grietas y siembras de vida: Entretejeres de lo pedagógico y lo decolonial**. *In*: WALSH, Catherine (org.) *Pedagogías decoloniales Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir/Tomo II*. Catherine Walsh Editora: Quito-Ecuador, 2017. P.17-48.

XAKRIABÁ, Célia. **Amansar o giz**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 14, p. 110-117, jul. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hjAGH>.